



## **Resolução de Conjuntura da Reunião da diretoria Executiva da UNE**

Nos primeiros meses de 2018, o país segue em um difícil momento de sua história: o acirramento da agenda antipovo do ilegítimo governo Michel Temer e a continuidade da crise política, econômica e institucional. Estão sendo eliminadas ou mitigadas conquistas de natureza patriótica, democrática e popular pela agenda neoliberal e entreguista do governo federal, com forte apoio da grande mídia hegemônica que, para além de defender a agenda, tenta criar um clima de que a crise econômica e social está sendo resolvida pelas medidas do governo, o que não se verifica pelo conjunto do povo brasileiro.

Apesar da agenda em curso, o governo sofreu uma grande derrota recentemente: a retirada de pauta do Congresso da tão propagandeada Reforma da Previdência. Sem dúvida, essa é uma vitória da resistência em curso construída pelos movimentos sociais, potencializada pela proximidade das eleições de 2018 que impediram a construção de uma maioria absoluta pró-reforma no Congresso e também pela continuidade dos altos índices de impopularidade tanto do governo quanto da reforma em si.

Prevendo a certa derrota, o governo federal decidiu investir numa nova agenda para tentar recuperar a sua imagem: a assinatura de um decreto de intervenção federal na área de segurança pública no estado do Rio de Janeiro. O decreto, assinado às pressas, nomeou um interventor militar, General Braga Neto que terá poderes totais sobre todas as forças de segurança do estado, incluindo a Polícia Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros, a Secretaria de Segurança Pública e o comando do sistema carcerário.

O decreto de intervenção apresentou uma série de vícios desde sua assinatura. A ausência de uma justificativa com os dados objetivos que ressaltam urgência da medida especificadamente no estado do RJ; o caráter militar do interventor; a inobservância aos trâmites constitucionais da intervenção como a prévia consulta de Conselhos ligados à presidência e até a confissão pública de Temer da possível suspensão da intervenção para aprovação da Reforma da Previdência no Congresso.

A medida do governo federal coloca em evidência a falta de comando do governador do RJ, Luiz Fernando Pezão (PMDB), sobre o estado que passa por uma profunda crise econômica, fiscal e de desemprego, elementos potencializados pelo neoliberal pacote de recuperação fiscal promovido por Temer no estado. Ainda, o RJ já passou nas últimas décadas por uma série de custosas ações das Forças Armadas junto à segurança pública que não se mostraram eficientes na redução dos índices de violência a médio e longo prazo.

Sem dúvida, a intervenção federal, ainda mais de caráter militar, não é uma solução para a violência no RJ e no Brasil. É preocupante a banalização do uso das Forças Armadas enquanto força policial, quando sua função precípua é a defesa nacional, assim como preocupa também a utilização de Mandados de Busca e Apreensão Genéricos e coletivos para operações nas favelas do RJ. Importante apontar também a lamentável continuidade de uma derrotada, sangrenta e ineficaz política de "guerra às drogas" e a possibilidade de que os casos de violações no curso da intervenção sejam julgados pela Justiça Militar.

Após a assinatura do decreto, com a impossibilidade de fazer modificações constitucionais como a PEC da Reforma da Previdência, o governo apresentou também uma pauta prioritária ao Congresso de mudanças infraconstitucionais que deem prosseguimento à implementação de sua agenda neoliberal. Temer propõe 15 pontos, dentre os quais a privatização da Eletrobras, a autonomia do Banco Central, a regulamentação do teto remuneratório entre outros. É preciso que nos mantenhamos atentos e mobilizados pela derrota tanto destas agendas, quanto contra alguma eventual manobra do governo que retome a pauta da Reforma da Previdência.

Ainda, o início do ano foi marcado pela condenação em segunda instância pelo TRF-4 do ex-presidente Lula. A condenação foi questionada por juristas de todo o país por ausência de provas objetivas e pode impedir o ex-presidente de concorrer às eleições presidenciais de 2018, quando esse despontava nas pesquisas como o mais popular nas intenções de voto. É preciso denunciar a seletividade do Judiciário que poupa tantos políticos envolvidos em escândalos de corrupção, como o próprio presidente Michel Temer e o senador Aécio Neves e, em manobras mais políticas que jurídicas, tenta inviabilizar a legítima candidatura de Lula.

Há um processo crescente de criminalização e judicialização da política. Ao mesmo tempo, vem crescendo na sociedade as críticas sobre as regalias do poder judiciário, como os supersalários acima do teto constitucional e a prática de juízes receberem auxílio-moradia mesmo tendo residência própria próxima ao local de atuação.

A implementação da agenda neoliberal do governo, o processo de militarização de nossas vidas como o decreto de intervenção federal no RJ e o processo de perseguição política de figuras da esquerda representam a continuidade da agenda do golpe. É necessário que a UNE se mantenha atenta e construa a resistência frente ao golpe à democracia que se aprofunda no caminho do estabelecimento de um Estado de exceção no Brasil.

Diante desse cenário difícil, é fundamental que as universidades brasileiras mantenham-se mobilizadas. Por isso, a UNE promoverá uma série de atividades nos próximos períodos como o 8º Encontro de Mulheres Estudantes (EME) da UNE dos dias 30 de Março a 1º de Abril em Juiz de Fora/MG, a realização da caravana UNE VOLANTE em todas as regiões do país do mês de Abril até o dia 7 de Junho e 66º Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) da UNE, convocado na presente reunião, para os dias 8 a 10 de Junho em São Paulo.

***São Paulo, 23 de fevereiro de 2018***